

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA – CONDEFI**

10/08/2016

Aos dez dias do mês de agosto de 2016 na sede da UNIP Santos, sito na Rua Francisco Manoel, s/n, presidida pelo seu Presidente Luciano Marques e secretariada por Rita de Cássia Mattos, teve lugar a reunião ordinária do Condefi, A lista de presença segue anexa a esta Ata. 1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDEFI DO DIA 13/07/16: A ata da Reunião Ordinária anterior foi aprovada por unanimidade. 2 – RESIDÊNCIA INCLUSIVA (CASA DO PARAPLÉGICO): A Conselheira Cristina, representante do NAPNE, disse que a visita na Casa do Paraplégico, teve como objetivo conhecer a Residência e verificar como está o andamento deste local. Explicou que a porta de entrada para ser incluído nesta Residência é o serviço do Centro de Referência da Assistência Social – CREAS. Finalizou dizendo que há apenas cinco pessoas com deficiência nesta casa e que existe vaga para mais cinco pessoas. O Presidente explicou que encontrou um quadro complicado, pois a Residência não é inclusiva e continua nos moldes de internato, sendo que a verba investida vem do Estado e União para esta Residência ser inclusiva, além do relacionamento complicado com a equipe técnica e a Diretoria da Casa. Tendo em vista esta situação, foi solicitada reunião com a Secretaria de Assistência Social. Nesta reunião a Secretaria disse que pouco poderia fazer a não ser radicalizar, buscando outra Instituição para ser Residência ou a mudança da Presidência da Casa do Paraplégico. Luciano disse, ainda, que os profissionais são contratados pela própria Casa e eles têm receio da demissão. Se não houver mudança nesta Diretoria, vai ser esta Instituição vai ser substituída com uma Chamada Pública. A seguir, foi dada a palavra à Salete, assistente social, funcionária e técnica da Casa do Paraplégico. Salete comentou que realmente a Prefeitura não pode criar ingerência dentro da Instituição e concluiu dizendo que das cinco pessoas que atualmente estão na Casa, quatro não tem perfil para Residência Inclusiva e apenas uma pessoa tem este perfil. A Conselheira Naira pediu a palavra e relatou que a criação de uma Residência Inclusiva era uma proposta antiga do CONDEFI e que o governo sempre negou a implantação. Foi apenas com o Plano Viver sem Limite e o interesse da Secretária Rosana Russo que houve a implantação de duas Residências Inclusivas, uma na Instituição 30 de Julho, que é voltada para deficientes jovens, e a outra na Casa do Paraplégico, para o público mais adulto, acima dos 31 anos. Naira explicou que já no início da implantação do Projeto já houve muitas dificuldades e no início a equipe do 30 de Julho orientou a Casa do Paraplégico na implantação. Na Casa do Paraplégico existe um prazo de dois anos para o município se reabilitar, situação esta que não existe na política do SUAS, pois a pessoa não precisa de autonomia total, por isso há recursos para contratação de Cuidador. O Público prioritário são pessoas com cadastro no SUAS e vínculo rompido com a família. Para finalizar, Naira sugeriu que o Projeto Técnico desta Residência deveria ser discutido com a SEAS. A Conselheira Andréia comentou que a Casa do Paraplégico não é “Casa de Passagem” (com duração de dois anos), e sim uma Residência Inclusiva sem um prazo definido de permanência. Acrescentou que está havendo uma demanda de pessoas com doença mental para ser incluída na Residência. A Sra. Salete disse que a realidade da Casa do Paraplégico é diferente da realidade do 30 de Julho, pois lidar com idosos é mais complicado que com jovens. Explicou que a questão de dois anos referidos são para que os técnicos tenham tempo hábil para possível desligamento, não caracterizando prazo fixo. A Conselheira Naira solicitou para Salete o Projeto técnico para ser analisado pela Comissão de Assistência Social para ser elaborada uma proposta para a SEAS e depois agendar

nova reunião com a Secretária. 3 – RELATOS DAS COMISSÕES: Comissão de Saúde: Naira falou que a Comissão de Saúde e de Educação estão muito prejudicadas, pois os integrantes não participam e geralmente as reuniões dão desertas. Naira afirmou que os temas saúde e educação são políticas prioritárias e diz que vai redigir as propostas de saúde sozinha, porém não é democrático redigir estas propostas sem uma ampla discussão. O Presidente disse que vai questionar as Secretarias em relação a presença de seus representantes nas Reuniões Ordinárias do CONDEFI. A Conselheira Célia prontificou-se em fazer parte desta Comissão. A Conselheira Luana sugeriu que as Comissões de Saúde e Educação se unissem assim como são feitas as reuniões de rede do município, pois todos os serviços devem chegar ao aluno e alguns setores não querem atender e encaminham para a Secretaria de Educação. Ficou decidido então, que as Comissões de Assistência Social, Educação e Saúde se reuniram no dia 26/08/16, às 9:30 h, na sede do CONDEFI. Comissão de transporte: A coordenadora desta Comissão, Roseli, não pode comparecer e Daniel foi o relator. Daniel comentou que na última reunião desta Comissão foi discutido um processo sobre proposta de Conferência sobre ampliação do transporte para pessoas com deficiência que residem na Área Continental, pois a Prefeitura afirma ter o serviço de uma Van, e foi questionada sobre o que havia antes de existir este meio de transporte. Ficou decidido que as denúncias sobre os ônibus serão formalizadas pela Comissão de Transporte e encaminhadas ao CONDEFI. Daniel finalizou dizendo sobre o Projeto de Lei 0069, que está tramitando na Câmara Municipal de Santos, sobre dispositivos sonoros para os Deficientes Visuais embarcarem nos ônibus. Tal Projeto direciona para um equipamento específico, o que é ilegal. Explicou que o CONDEFI fez sugestão de emenda com possibilidade de outras tecnologias. Comissão de acessibilidade: O Conselheiro Ricardo comentou que não pode comparecer na última reunião desta comissão, porém falou sobre a votação do Projeto de Lei das “Calçadas para Todos”. Disse que a maioria dos vereadores não leu este Projeto e prorrogaram tal votação. Ricardo afirmou que provavelmente na próxima semana serão votadas as Emendas do Projeto de Padronização e os vereadores querem Municipalizar as calçadas, o que vai atrasar a execução deste Projeto. O Presidente manifestou sua indignação a respeito da ausência dos Conselheiros nesta discussão realizada na Câmara e salientou a importância da presença de todos na próxima votação. O Presidente disse que o Orquidário estava fazendo visitas monitoradas com Tradutora em Libras e audiodescrição, porém este serviço foi interrompido e faltam, ainda, alguns pontos a colocação de linha guia. Afirmou que o pessoal técnico está disposto a bem atender as pessoas com deficiência. O Presidente disse, também, que esteve no Monte Serrat, juntamente com a Conselheira Cristiane, representante da deficiência intelectual, e conversou com os dois engenheiros proprietários dos bondes daquele local. A princípio eles foram bastante taxativos negando-se em acessibilizar o local, e afirmaram que apresentaram ao Ministério Público um orçamento de um elevador que custava 500 mil reais. A Conselheira Cristiane falou aos dois engenheiros que existem equipamentos mais baratos e que foi agendada uma reunião com o Ministério Público, com este dois engenheiros, mais o CONDEFI, no dia 18/08/16. Comissão de esporte: Não houve reunião. Devido ao horário, foi encerrada a Reunião sem o relato da Comissão Jurídica, porém o Presidente comunicou que haveria Audiência Pública sobre a Central de Libras no dia 15/08/16, às 14:30 h, na Congregação Santista de Surdos, na Rua Tocantins, nº 04. Sem mais nada a tratar a reunião foi encerrada às 17:15 h.

LUCIANO MARQUES DE SOUZA

PRESIDENTE

RITA DE CÁSSIA MATTOS

CONSELHEIRA